

No exame do orçamento, um Congresso sem interesse

BRASÍLIA — Com muito pouco entusiasmo, o Congresso Nacional se prepara para examinar o Orçamento da União para 86, encaminhado pelo Governo há dez dias. O pequeno interesse pelo orçamento se deve a um único, mas fundamental motivo, justificam os líderes partidários: as prerrogativas do Poder Legislativo não foram restabelecidas e, por isso, mais uma vez, o Congresso será um mero espectador das contas governamentais.

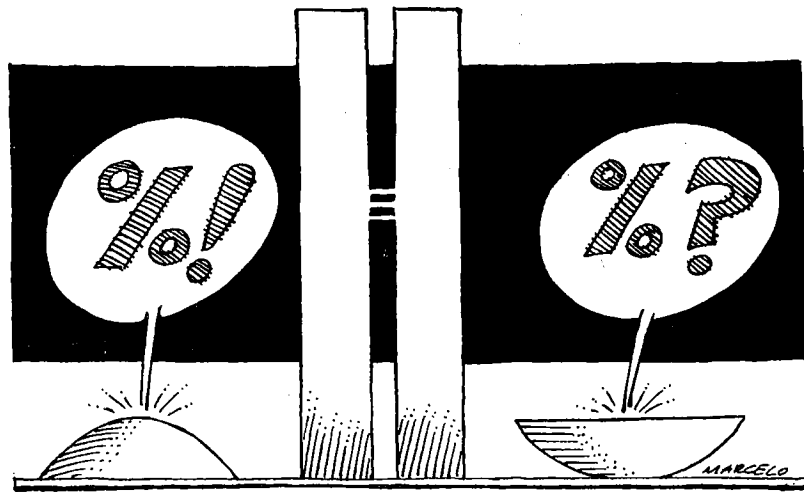
Os líderes dos partidos, apesar de descrentes quanto à eficácia da discussão do orçamento fiscal, reconhecem, porém, que a iniciativa do atual Governo é mais democrática.

Os governos anteriores sempre impuseram a aprovação da proposta orçamentária por decurso de prazo — mecanismo pelo qual projeto do Poder Executivo é automaticamente aprovado no Congresso após 40 dias de tramitação e mais dez sessões.

Apesar das reiteradas declarações do Ministro do Planejamento João Sayad, enfatizando que, na Nova República, o Governo quer o Congresso participando ativamente da aprovação do orçamento fiscal, uma barreira separa a intenção da prática: as Constituições do regime militar instalado em 64 impedem a Câmara e o Senado de legislar sobre matéria financeira e de criar ou cortar despesas, atribuições exclusivas do Poder Executivo.

Por causa desta barreira constitucional, os partidos não pretendem atuar em bloco, limitando-se apenas a incentivar as iniciativas individuais de seus parlamentares.

O primeiro a justificar esta medi-



da é o Líder do Governo na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga (MG). Ao salientar que o PMDB é governo, anuncia que só serão aceitas as contribuições de sua bancada que não venham a prejudicar o projeto inicial.

— O ministro João Sayad me garantiu que serão aceitas todas as contribuições, desde que não firam a Constituição — informa Pimenta.

O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), mesmo defendendo o projeto de lei do orçamento, destacando a prioridade dada ao campo social e a forma da elaboração, que contou com a influência dos líderes partidários, lembra que, formalmente, não houve qualquer mudança no que diz respeito à participação do Poder Legislativo na aprovação do orçamento.

— Foi-nos dada apenas a possibilidade de mudar alguns milréis, o que

não significa nada — critica o líder do PDT na Câmara, Nadir Rossetti.

Rossetti assinala que não viu qualquer diferença na iniciativa do Governo Sarney, em relação aos governos anteriores, no envio do orçamento para o debate no Congresso. “O Congresso Nacional não poderá dizer nada mais do que amém à proposta do Executivo”, frisa.

O líder do PDS na Câmara, Prisco Viana (BA), acusa o Governo de ter permitido que o orçamento fosse elaborado “por tecnocratas, ao gosto e ao fastio do Poder Executivo, sem que o Congresso pudesse sequer emendá-lo”.

Mesmo elogiando a proposta orçamentária por unificar o orçamento fiscal e parte do orçamento monetário, Prisco Viana lamenta que o controle das empresas estatais e as contas da Previdência Social ficassem fora da proposta. Anuncia que seu

partido negará qualquer apoio à iniciativa do Governo de aumentar a carga tributária.

Os partidos de oposição, apesar das restrições, tentarão, porém, encontrar algumas “brechas” que permitam modificações na proposta original. O PT, por exemplo, segundo o seu líder na Câmara, José Genoíno, tentará inverter as prioridades sociais apontadas pela Aliança Democrática e destinar mais recursos à saúde e habitação.

O PDT irá primeiro, segundo Nadir Rossetti, aguardar a iniciativa do PMDB e do PFL, que formam a Aliança Democrática, para depois avaliar a ação a ser implementada. E o PDS, assegura Prisco Viana, buscará todas as alternativas possíveis para interferir na proposta.

Para um dos principais coadjuvantes da formulação do orçamento, o Deputado João Herman (PMDB/SP), muito ligado ao Ministro do Planejamento, a principal idéia do Governo, ao enviar a proposta ao Congresso, é de promover um acordo político com a linguagem dos números.

O Governo vai precisar de novos empréstimos externos para poder continuar com seu projeto de desenvolvimento e, para isso, sabe que o Congresso Nacional deve ser seu principal aliado — constata Herman.

Pelo menos uma expectativa une hoje os parlamentos, sejam do Governo ou da Oposição: todos esperam que este seja o último orçamento em que o Congresso não participe efetivamente de sua aprovação.

MIRIAM DE AQUINO